

UMA INVESTIGAÇÃO DOS DESEMPENHOS EM ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os questionamentos sobre o ensino e a aprendizagem de língua materna, compreendendo a aquisição da leitura e da escrita, têm ganhado destaque graças à divulgação dos resultados de diferentes avaliações.

Para muitos pesquisadores, avaliações como ENEM, SAEB, SARESP e PISA vêm a cada ano confirmar o fracasso do ensino vigente tanto em alfabetizar adequadamente os alunos, quanto em torná-los aptos para os usos sociais da leitura e da escrita. Lembrando que a inserção mais ampla do aluno em uma sociedade de “culturas letradas” seria o objetivo maior do processo de escolarização.

Também é fato que novas propostas teóricas surgem de tempos em tempos, propondo novas práticas de ensino. Entre as muitas propostas, há as que distinguem o processo da alfabetização do processo de aprendizagem da leitura e da escrita voltado às práticas sociais, aos usos reais de comunicação.

Para alguns autores, a alfabetização seria o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, pela conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitam ao aluno ler e escrever com autonomia. Já o processo de aquisição da leitura e da escrita, dentro de práticas de uso mais social, por muitos chamado de letramento, seria o processo de inserção e participação na cultura escrita, que teria início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade, prolongando-se por toda a vida.

Segundo Soares (1998, p. 47), a alfabetização seria a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever. Letramento seria o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

Outros autores, sem fazer esta divisão de processos, acreditam na aquisição do código alfabético em situações concretas de uso do texto, dentro de práticas sociais de leitura e escrita. É o que afirma Jolibert (2008, p.17), para quem a leitura deve ocorrer desde a educação infantil, “ler é, desde o início, construir ativamente a compreensão de um texto-em-contexto, em função de seu projeto, de suas necessidades, de seu prazer”.

Independentemente da existência ou não de limites entre o domínio do código

escrito e seu uso ou usos sociais, fato é que os alunos brasileiros, de escola pública e de escola privada, como demonstram as avaliações já anteriormente citadas, têm obtido desempenho insatisfatório em língua portuguesa. O que suscita questionamentos sobre a forma como a escola ensina a ler e a escrever, assim como as razões para que níveis satisfatórios não sejam atingidos por todos.

2. DESENVOLVIMENTO

Entre as razões possíveis para o fracasso da escola brasileira em alfabetizar, Soares (1987, p.1) afirma que o problema estaria na conquista pelas camadas populares do acesso ao ensino, mas sem a devida transformação da escola, tornando-a competente para atender àqueles que vêm conquistando seu direito a ela, o que ameaçaria as “legítimas aspirações de uma democratização do saber e da cultura.”.

Alinhando as afirmações de Soares aos postulados de Freire (1980), que atribui à alfabetização o sentido de ser capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica e introduzi-lo em um processo real de democratização da cultura e de libertação, temos uma questão importante. Por que se a escola é o *locus* que propiciará ao aluno, mediante um gradativo processo de aquisição da leitura e da escrita, sua inserção em práticas letradas, as quais lhe permitirão ter efetiva participação social e política em seu meio, o que fazer quando o sucesso deste processo não é plenamente atingido por todos? Em lugar de libertar, emancipar, incluir, segundo Freire, a escola que não alfabetiza adequadamente seus alunos - tendo como consequência um domínio insatisfatório das habilidades de leitura e escrita -, acaba por excluir aqueles a quem deveria acolher e preparar para o convívio pleno em uma sociedade imersa na cultura escrita.

Diante deste quadro, em que a escola não estaria cumprindo bem seu papel de inserir os alunos em um mundo de práticas letradas, desde meados de 1980, os estudos sobre letramento - ou também alfabetismo em oposição a analfabetismo -, têm demandado especial atenção, por apontarem a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema da escrita.

Neste novo contexto dos estudos das práticas alfabetizadoras, em que os conceitos de alfabetização e de letramento/alfabetismo se complementam, autores como Kleiman (1995), Soares (1998), Tfouni (1995) e Jolibert (1994) contribuíram para redimensionar e criar novos sentidos do aprender a ler e a escrever e as práticas sociais envolvidas.

Reflexos deste novo quadro teórico podem ser encontrados na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que nas orientações específicas para o ensino de Língua Portuguesa, propõem uma reformulação em seu ensino, tanto para a língua escrita quanto a língua oral. Esta reformulação de conceitos e práticas teria por finalidade proporcionar situações de uso efetivo e crítico da linguagem na escola e fora dela.

Assim, nos interrogamos sobre a forma como os alunos, especialmente os alunos de escola pública, se apropriaram dos processos de leitura e escrita, para um uso significativo e autônomo, que lhes dê subsídios não só para uma escolaridade satisfatória, mas também para a realização de seus projetos de vida.

Nosso questionamento surge do fato de que os órgãos oficiais, ao divulgarem os dados de avaliações como SAEB, SARESP e PISA - com exceção do ENEM -, revelam apenas os desempenhos dos alunos nas provas de leitura e interpretação de textos, em geral classificada como prova de Língua Portuguesa. Não há dados específicos sobre os desempenhos dos alunos com a produção escrita de textos.

Diante destes fatos, em que os dados oficiais das avaliações de Língua Portuguesa não expressam os desempenhos dos alunos em sua totalidade, desejamos saber como o domínio da língua escrita se consolida ao término do Ensino Fundamental. Pois, afirma o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Ao longo dos oito anos do ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado. (BRASIL, 1997, p. 41)

Assim, a proposta de ensino trazida pelos PCNs sugere a inserção de práticas de leitura e escrita em ambiente escolar visando à inclusão progressiva em uma cultura de práticas letradas, notadamente com o trabalho com os gêneros discursivos como objeto escolar. E neste trabalho com gêneros discursivos, o que mais nos interessa é o fato de que o ensino de leitura e escrita, de acordo com os PCNs, deve abranger um uso mais social da língua, e não somente um uso privado.

Esta proposta baseia-se em pressupostos teóricos desenvolvidos por Bakhtin e sua obra *Estética da Criação Verbal* (2003). Escreve o autor:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos)

concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p.262)

Dentro desta perspectiva de ensino, outros autores já se debruçaram sobre a questão dos gêneros textuais e o ensino de língua materna. Entre eles, Dionísio (2005) e Rojo (2006).

Deste modo, considerando as obras citadas e o recorte teórico aqui apresentado, podemos afirmar a pertinência de se saber e investigar em que consiste a apropriação da escrita feita por alunos ao fim do Ensino Fundamental, dentro de um ensino de língua portuguesa que se pressupõe baseado em uma teoria discursiva de gêneros textuais.

Sobre a questão do ensino e das práticas pedagógicas, Kleiman (1995) afirma que as práticas de letramento presentes no contexto escolar são construídas no processo de interação entre professor e aluno, em que o indivíduo identifica o elo entre as práticas de letramento na aula e as necessidades do uso da escrita no cotidiano. E se a escola deve promover este elo entre contexto escolar e práticas sociais de leitura e escrita, os educadores deveriam se ver obrigados a toda uma reformulação, desde sua prática cotidiana, até a concepção do projeto político-pedagógico da escola.

A fim de entender a relação entre o contexto escolar, o aprendizado de leitura e escrita e os alunos, nos reportamos a Charlot e seus questionamentos acerca das relações estabelecidas entre o aluno e o saber ou os saberes produzidos na escola:

A relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e consigo mesmo de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender.

A relação com o saber é o conjunto das relações que um sujeito estabelece com um objeto, “um conteúdo de pensamento”, uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma

obrigação, etc, relacionados de alguma forma ao aprender e ao saber - consequentemente, é também relação com a linguagem, relação com o tempo, relação com a atividade no mundo e sobre o mundo, relação com os outros e relação consigo mesmo, como mais ou menos capaz de aprender tal coisa, em tal situação. (CHARLOT, 2005, p. 45)

Se o saber produz tantos significados, seria demasiado oportuno saber que relações foram construídas pelos alunos, ao fim do Ensino Fundamental, no processo de apropriação da escrita, na relação específica da construção de textos, dentro de rotinas escolares.

Diante do exposto, entendendo que a produção escrita textual na escola, mesmo que inserida em um contexto que promove práticas escolarizadas de escrita, significa a materialidade do conhecimento adquirido em língua escrita, nossa pesquisa pretende investigar de que forma os alunos estão se expressando em língua escrita e como se dá a apropriação dos gêneros do discurso, preconizada pelos PCNs.

A fim de estudar o desempenho destes alunos na produção textual escrita, utilizaremos como ponto de partida os dados divulgados sobre o desempenho dos alunos de 8ª. série, de escolas estaduais, na avaliação SARESP de 2008, os quais nos permitem criar um ranking de desempenho das escolas.

Será que os desempenhos, em nível alto ou baixo, destes alunos nas provas de leitura servem como indicativo de desempenhos semelhantes na produção escrita, destes mesmos alunos? Haveria correspondência de desempenhos tanto em leitura quanto em escrita, ou seja, alunos de escolas bem classificadas em leitura apresentariam também desempenhos correspondentes na produção escrita de textos?

Também temos por objetivo saber que desempenhos estes alunos, inseridos em uma escola que desenvolve práticas de leitura e escrita segundo gêneros do discurso - compreendidos dentro de um universo de práticas e rotinas específicas-, apresentariam na produção de textos originados em situações de uso mais social da escrita, segundo modelos pouco trabalhados no contexto escolar.

Para facilitar nossa investigação, consideraremos os textos produzidos dentro de práticas escolares já familiares aos alunos como *textos escolares*, e os textos produzidos segundo modelos não comumente incluídos nas práticas escolares, como *textos não escolares*.

Nosso propósito em saber que desempenhos apresentariam estes alunos, diante de textos pouco explorados na escola, reside no fato de a escola ter a função de preparar o aluno para exercer sua cidadania, tornando-o capaz de plenamente inserir-se

em um mundo que cada vez mais privilegia a escrita nas mais diversas práticas, rapidamente renovadas.

Além de investigar o contraste de desempenhos na produção textual escrita, também temos por objetivo saber que relações estes alunos construíram com a escrita, investigando que concepções eles têm da escrita, que importância eles atribuem a ela - dentro e fora da escola -, e que história foi por eles construída na relação escola-escrita-aluno.

Como metodologia, faremos uma análise qualitativo-quantitativa das produções textuais escritas de alunos de 8ª. série do Ensino Fundamental de escolas estaduais, selecionados a partir de um total de 28 escolas de um município do estado de São Paulo, os quais apresentam diferentes desempenhos em leitura e escrita. As produções textuais escritas dos alunos serão contrastadas com referência aos *textos escolares* e *textos não escolares*. Além da análise da produção textual, aplicaremos questionários e realizaremos entrevistas com estes alunos, a fim de investigar as relações destes com a escrita, dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005

DIONISIO, A.P., MACHADO, A.R. & BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais &**

ensino. 4^a.ed.Rio de Janeiro: Lucerna, 2005

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** 10^a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JOLIBERT, J.; SRĬKI, C. **Caminhos para Aprender a Ler e Escrever.** Trad. Ângela Xavier de Brito. São Paulo: Contexto, 2008

KLEIMAN, A. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado de Letras, 1995

ROJO, R. (org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.** Campinas: Mercado de Letras, 2006

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil: o Estado do Conhecimento** .1987, Brasília, INEP /Santiago, REDUC, 1991.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995.